

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	-----------

2

A SEGURIDADE SOCIAL, O ACIDENTE DE TRABALHO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	31
---	-----------

2.1. A previdência social e o acidente de trabalho.....	32
---	----

2.2. A previdência social e a violência doméstica.....	44
--	----

3

O DIREITO AO RESSARCIMENTO POR REGRESSO	55
--	-----------

4

ANÁLISE CRÍTICA DO CABIMENTO DA AÇÃO REGRESSIVA PREVIDENCIÁRIA.....	63
--	-----------

4.1. (In)existência do direito de regresso.....	65
---	----

4.2. Ausência de responsabilidade civil direta	68
--	----

4.3. Responsabilidade e seguro contra acidentes de trabalho.....	73
--	----

4.4. A inconstitucionalidade das ações regressivas como nova fonte de custeio da seguridade social.....	79
---	----

4.5. Ações regressivas previdenciárias e tutela do direito difuso à higidez do patrimônio público.....	87
--	----

4.6. O problema da prevenção dos infortúnios.....	88
---	----

4.7. Ações regressivas previdenciárias versus acidentárias	91
--	----

4.8. A carência de interesse processual para o pedido regressivo.....	94
---	----

4.9. Revendo a natureza da ação: de ações regressivas previdenciárias para ações de ressarcimento <i>sui generis</i>	97
--	----

5

ASPECTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO DE RESSARCIMENTO <i>SUI GENERIS</i> (“AÇÃO REGRESSIVA PREVIDENCIÁRIA”)	103
5.1. Pressupostos, causa de pedir e interesse processual.....	103
5.2. Objeto, pedido e extensão	112
5.2.1. Objeto	112
5.2.2. Pedido condenatório e sua extensão	114
5.2.3. Benefícios sucessivos e a impossibilidade de pedido condicional.....	115
5.2.4. Benefícios sucessivos e pedido revisional.....	117
5.2.5. Reestabelecimento de benefício cessado e pedido revisional	119
5.2.6. Correção monetária e juros incidentes sobre parcelas vencidas.....	119
5.2.7. Constituição de capital.....	123
5.2.8. Honorários advocatícios e valor da causa.....	124
5.3. Legitimidade	125
5.3.1. Legitimidade ativa: INSS ou União?	125
5.3.2. Legitimidade passiva.....	129
5.3.3. Denúnciação da lide.....	134
5.4. Competência	137
5.4.1. Competência absoluta: qual a Justiça competente?.....	137
5.4.2. Competência relativa territorial.....	141
5.5. Ônus da prova.....	142
5.6. Coisa julgada.....	151
5.6.1. A coisa julgada nas ações de ressarcimento <i>sui generis</i> e sua revisão	151
5.6.2. Coisa julgada trabalhista e ações de ressarcimento <i>sui generis</i>	158
5.6.3. Coisa julgada penal e ações de ressarcimento <i>sui generis</i>	160
5.6.4. Prova emprestada do processo trabalhista	161

5.7. Outros aspectos processuais.....	163
5.7.1. Adoção do procedimento comum.....	163
5.7.2. Regime de custas.....	164
5.7.3. Reconvenção.....	164
5.7.4. Tutela provisória.....	164
5.7.5. Imprescindibilidade da audiência de saneamento e de organização do processo.....	166

6

PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO *SUI GENERIS* (AÇÕES REGRESSIVAS PREVIDENCIÁRIAS)

6.1. As ações de ressarcimento <i>sui generis</i> são prescritíveis.....	167
6.2. O “primeiro pagamento” como termo inicial da prescrição.....	168
6.3. A prescrição atinge o fundo de direito.....	170
6.4. O prazo prescricional anual das ações “regressivas” acidentárias.....	173

7

CONCLUSÕES.....

185

8

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

205

9

ANEXOS.....

217

9.1. Portaria conjunta PGF/INSS 06, de 18 de janeiro de 2013 – DOU 01/02/2013 – dispõe sobre as ações regressivas previdenciárias. ...	217
9.2. Notas taquigráficas e inteiro teor da arguição de inconstitucionalidade na apelação cível 1998.04.01.023654-8/ RS, julgada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, relatora desembargadora federal Maria de Fátima Freitas Labarrère, relator p/ acórdão desembargador federal Volkmer de Castilho, j. 23/10/2002, DJU 13/11/2002.....	225
9.2.1. Notas taquigráficas (fonte: TRF4).....	225
9.2.2. Inteiro teor.....	234